

LUZIÂNIA

ALUNOS ESTÃO SEM AULA DESDE O INÍCIO DO ANO. FORRO DE QUATRO SALAS DESPENCOU

2

CIDADES

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quarta-feira, 5 de abril de 2000

QUERO SER MÃE

POLICIAL QUE ENCONTROU BEBÊ EM PLANALTINA SE OFERECER PARA ADOTAR A CRIANÇA

6

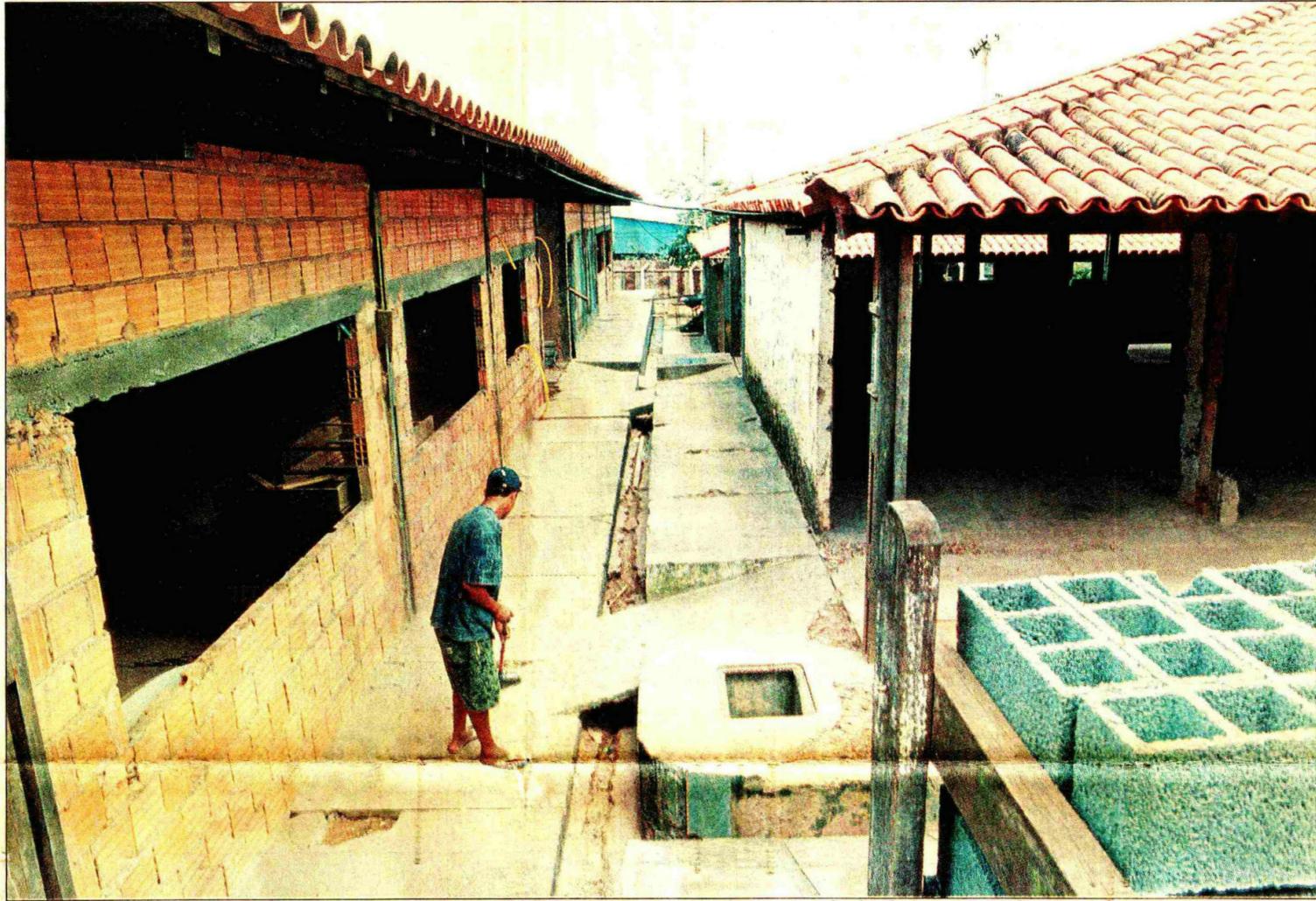
*5 ABR 2000

ADMINISTRAÇÃO DO PARANOÁ CEDE TERRENO SEM LICITAÇÃO PARA FACULDADE PARTICULAR

NEGÓCIO SUSPEITO

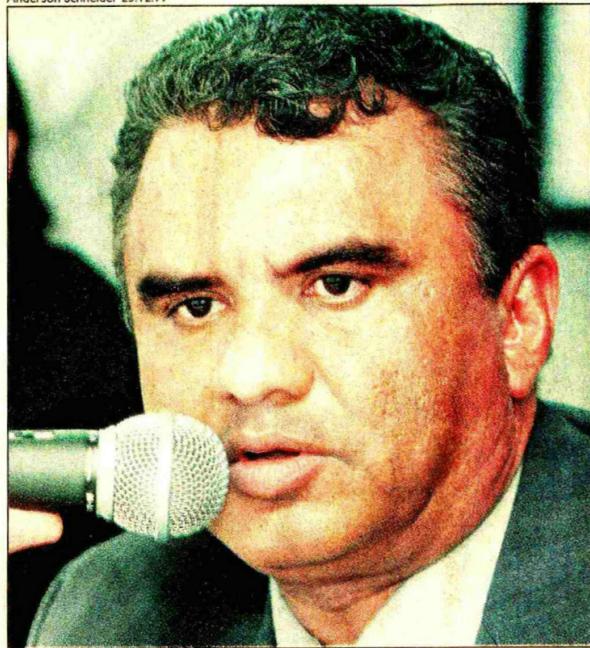
Clarissa Lima
Da equipe do Correio

Acácio Pinheiro



A Faculdade do Centro-Oeste deve começar a funcionar no segundo semestre. Serão 1,3 mil metros quadrados de área construída para abrigar três cursos superiores

Anderson Schneider 23.12.99



Williams Cavalcante: "Estou surpreso. Mas se o MP diz que é errado..."

A Administração do Paranoá cedeu, em novembro do ano passado, a dois funcionários do Governo do Distrito Federal um terreno de 1,3 mil metros quadrados para a construção de uma faculdade particular. No terreno funcionava a organização não-governamental Raízes Africanas, despejada no último dia 15 de março pela administração. Agora está nas mãos da ginecologista Ruth Pantoja, funcionária do programa Saúde da Família, e do secretário-adjunto de Governo e ex-diretor do Instituto Candango de Solidariedade, Williams Cavalcante. Eles são os sócios da empresa que constrói, ali, a Faculdade do Centro-Oeste.

A cessão do terreno público vem recheada de irregularidades. O contrato de parceria entre a Faculdade do Centro-Oeste e a Administração Regional diz que o terreno será cedido, por um prazo de 20 anos, numa espécie de empréstimo. Em troca, os donos da faculdade, que será paga, darão bolsas de estudos para alunos carentes do Paranoá. Mas a doação para uso e exploração do terreno só poderia ter sido feita mediante licitação pública, segundo o artigo 89 da Lei de Licitações (8666/93). Dispensar qualquer licitação é crime. A pena é de detenção de três a cinco anos e multa pecuniária fixada em sentença. Ao não cumprir a lei de licitações, o administrador do Paranoá, Rubim Bender, pode ser processado por improbidade administrativa, prevista na lei 8429/92, que pode levar a perda do cargo e suspensão dos direitos políticos por um prazo entre três e dez anos.

"Mesmo se tratando de faculdade ou igreja, há irregularidades. Existe a determinação legal para que haja um processo licitatório", explica a promotora da Patrimônio Público e Social do DF (Prodep), Fernanda Moraes. A transação já está sendo investigada pela Prodep, que recebeu, no último dia 17 de março, uma representação da ONG Raízes Africanas. A administração tem prazo até a próxima sexta-feira para dar explicações sobre o processo.

FUNCIONÁRIOS

A faculdade, que vai oferecer os cursos de Nutrição, Fonoaudiologia e Fisioterapia, será mantida pela Sociedade de Cultura e Arte de Brasília, uma empresa registrada em nome de dois funcionários do GDF: o secretário-adjunto de governo, Williams Cavalcante, e a ginecologista Ruth Pantoja, do programa Saúde da Família. A informação consta na

certidão de criação da empresa, obtida pelo Correio no Cartório Marcelo Ribas. A faculdade vem sendo construída às pressas. A Sociedade foi criada no dia 11 de novembro de 1999 e, segundo o documento do cartório, tinha sede no Palácio do Rádio I, 1º andar. A reportagem esteve no local e foi informada pelo zelador, que preferiu não se identificar, que o primeiro pavimento do edifício está desocupado desde o mês de janeiro. Antes, funcionava uma empresa de assessoria de comunicação. A diretora da faculdade, Ruth Pantoja, diz que a sede da empresa agora é no galpão de obras, mas não se recorda quando houve a mudança de endereço. As obras para a faculdade já estão em andamento. Na área de 1,3 mil metros quadrados, serão construídas seis salas de aula, laboratório, biblioteca, auditório e salas para a diretoria. "Não dei de nada. Só fiz um

empréstimo para ajudar no surgimento de uma faculdade para a cidade. É o interesse público que está em jogo. Nem sabia que o Williams estava na sociedade", explica-se o administrador do Paranoá, Rubim Bender. O "interesse público" é o argumento do administrador, também, para justificar a dispensa de licitação. Uma pesquisa feita pelo Correio junto a construtoras mostra que o "interesse público" nesta área tem um alto preço. O valor do terreno está avaliado entre R\$ 40 e 80 mil, dependendo da finalidade a que se destine. O "empréstimo" também é criticado por professores e donos de escolas particulares. "Era necessária uma concorrência pública. Sem isso, o governo impede que os interessados em abrir uma faculdade no local disputem em pé de igualdade. Há benefício destes empreendedores em detrimento dos outros", defende Cláudio

MEMÓRIA

ESPAÇO ERA USADO PARA AÇÃO SOCIAL

A Administração Regional do Paranoá tratou de desocupar a área onde será construída a Faculdade do Centro-Oeste no dia 15 de março. O pessoal da administração chegou ao galpão velho da (desativada) Feira Livre do Paranoá e recolheu instrumentos musicais, roupas, fantasias, livros, cadernos, anotações pessoais e documentos. Aqueles objetos correspondiam a uma década de traba-

lho da Organização não Governamental (ONG) Raízes Africanas — que ministrava oficinas de capoeira, música e dança para mais de 100 meninos e meninas carentes da cidade, tirando-os das ruas. Na ocasião, o pessoal da administração garantiu que já tinha avisado aos membros do Raízes sobre a desocupação do espaço. Mas a justificativa não foi aceita. "O administrador não podia fazer isso. A administração cedeu o terreno, sem licitação, para empresários construírem uma faculdade. Quem vai ganhar com isso?", questionava o presidente da ONG, Dilton Mendes Santos. Sem levar em considera-

ção o trabalho social desenvolvido, o administrador do Paranoá, Rubim Bender, ressaltou que o grupo estava no local "usando água e luz de graça", há um ano e três meses. Bender admitiu que o terreno foi cedido, por meio de um convênio de parceria entre governo e faculdade. Em troca, os empreendedores doariam bolsas de estudos para moradores carentes do Paranoá. No dia seguinte à retirada, o pessoal do Raízes ainda não sabia onde estavam os objetos levados do galpão velho. Também não tinham a mínima idéia de onde desenvolveriam o projeto social com os menores do Paranoá.

Vieira Baptista, presidente do Sindicato das Escolas Particulares do DF (Sinep). O diretor do Sindicato dos Professores, Marcos Pato, reforça. "A sociedade vai ter que pagar para usar a faculdade. O estado deixa de arrecadar os recursos que ganharia se fizesse licitação do terreno. Só quem vai ganhar com isso é o empreendedor." O secretário-adjunto de governo, Williams Cavalcante, confirmou a sua participação na sociedade. Quando foi informado, pela reportagem, de que a cessão está sendo investigada pelo Ministério Público por irregularidades, ele concordou com a suspensão do contrato. "Estou surpreso. Mas se o Ministério Público diz que é errado, então encerra-se a cessão", adiantou. Segundo ele, a sua participação na Sociedade foi para captar recursos em bancos de financiamento. Ele nega qualquer participação na

negociação do terreno. A diretora da faculdade, Ruth Pantoja, diz estar "realizando um sonho" com a construção da unidade de ensino. "Só queria ajudar os meninos do Paranoá, dar mais oportunidade. Procuramos a administração depois que não conseguimos nenhum terreno ou prédio na cidade. Nem sabia que tinha uma ONG no local, mas estou disposta a ajudá-los. E não houve de forma alguma favorecimento político", defende-se ela, que pretende abrir a faculdade no segundo semestre. MAIS PROBLEMAS Outro dado do contrato é intrigante. O administrador diz que o prazo de 20 anos para o "empréstimo" segue a determinação do Ministério da Educação e Cultura para abertura de novos cursos. "Só colocamos este prazo porque é o exigido pelo MEC. Aquele prédio, inclusive,

pelos nossos planos deve abrigar a nova sede da administração", diz Rubim. Mas não é bem assim. O coordenador-geral de Avaliação do Ensino Superior do MEC, Cid Gesteira, disse ao Correio que "a exigência do MEC em relação ao prazo é de que seja por tempo, no mínimo, igual ao funcionamento de um curso superior", ou seja, entre quatro e cinco anos. Quando fala em cessão de bolsas de estudos como contrapartida ao "empréstimo", o contrato, no entanto, não estabelece cotas ou critérios para o benefício. "Quando assinamos o contrato, não sabíamos quantas vagas seriam oferecidas", explicam-se Rubim e Ruth Pantoja. A faculdade deu entrada junto ao MEC, no último dia 11 de janeiro, no pedido de abertura dos cursos. Todos funcionarão no período noturno, com 100 vagas cada. ■ Colaborou Ana Helena Paixão